

# **Economia popular solidária: Uma perspectiva anticapitalista**

**Sérgio Kapron**

A Economia Popular Solidária, e todo universo ainda não muito preciso que ela envolva, tem ocupado um espaço crescente entre militantes da esquerda. Em grande medida como reação ao crescente desemprego da última década, multiplicaram-se iniciativas de trabalhadores e trabalhadoras para gerar ou manter postos de trabalho, acessar a renda ou o consumo através de empreendimentos associativos ou cooperativados. Junto com estas iniciativas também se multiplicaram entidades desde religiosas associações e ONG's, até o movimento sindical (ver a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT) e esferas governamentais (tendo como vanguarda os governos de esquerda no RS), que de uma forma ou outra tem procurado apoiar e estimular estas alternativas de combate a exclusão do direito ao trabalho. Neste texto procuraremos compartilhar reflexões que apontam um caráter estratégico para a Economia Popular Solidária, sobretudo para a autogestão, na luta pela construção de uma sociedade socialista, e que portanto, entendemos como fundamental que seja incorporado no debate dos marxistas revolucionários, principalmente neste início de século, marcado, finalmente, por elementos de crise da hegemonia neoliberal, pela recomposição da esquerda mundial num novo internacionalismo anticapitalista e pela necessidade de afirmação de um projeto alternativo.

## **Uma definição**

Uma conceituação precisa da Economia Solidária ainda está em construção. Um dos teóricos brasileiros que muito tem refletido sobre o tema, Paul Singer, refere-se a diversas iniciativas de “não capitalistas”, ou seja de pessoas que possuem “meios individuais de produção e distribuição (...) ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar”, mas ambos dependem da venda do produto e/ou trabalho para sobreviver. Homens e mulheres organizados como produtores associados; pequenos produtores organizados coletivamente para vender com ganhos de escala; assalariados adquirindo produtos em conjunto para reduzir custo e aumentar a qualidade de vida; pequenos produtores e assalariados reunindo suas poupanças para formar fundos mútuos e financiar suas atividades; cooperativas de seguro e habitação e empreendimentos coletivos são formas de iniciativas não capitalistas apontadas por Singer que mostram um enorme potencial de organização solidária entre os marginalizados pelo capitalismo. Singer refere-se à economia solidária como uma prática de trabalhadores de todo mundo que vem sendo estudada e propagada por pensadores socialistas. Já Orlando Núñez entende por economia popular “uma economia orientada pela valorização da força de trabalho e pelo valor de uso, valor de uso dos bens e valor de uso da própria força de trabalho” que leve à redução da jornada média de trabalho. Refere-se ainda, a economia composta por produtores-trabalhadores, associada e autogestionários que constroem uma perspectiva de desenvolvimento nacional alternativo ao capitalismo .

## **Um debate a enfrentar**

Um dos grandes desafios da esquerda revolucionária tem sido o de como enfrentar o debate sobre a organização da economia sob o socialismo, ou ainda de como incidir

- ou não incidir - na organização da produção, ainda sob o atual modo de produção capitalista. No entanto, ao longo de todo século XX, este debate ficou remetido (ou circunscrito) ao período pós-revolucionário, ou seja, àqueles que tiveram êxito na tomada de poder, desde as revoluções no leste europeu na primeira metade do século até as revoluções centro americanas da segunda metade. Afora isto, qualquer debate econômico, sobretudo o de como agir ainda sob a hegemonia capitalista, assumiu o caráter reformista, e portanto, tornou-se um fruto proibido para os verdadeiros revolucionários.

A centralidade na ruptura política, na tomada de poder, dada na revolução russa e a as concepções de alguns de seus principais dirigentes, fundaram a base do pensamento dos marxistas revolucionários do século XX. Ernest Mandel, um importante pensador socialista desse século definia explicitamente como “reformista” a busca da democracia econômica sem a derrubada do Estado Burguês. Para Mandel a autogestão só viria a adquirir importância durante um período de crise revolucionária. Já Rosa Luxemburgo em seu clássico Reforma ou Revolução, ao analisar o papel das cooperativas, constroi a idéia de que estas somente fariam é “aumentar a exploração dos trabalhadores”, pois como a troca domina a produção na economia capitalista, a renda dos trabalhadores deveria ser aviltada para que suas cooperativas sobrevivessem a competição. Rosa reconhece que somente em pequena escala, articulada regionalmente a partir de cooperativas de consumo, estas iniciativas poderiam sobreviver. Mas assim, ficariam limitadas a bens de consumo final e não teriam capacidade de lutar contra o capital comercial e poderiam significar um retrocesso à economia mercantil pré-capitalista.

Com certeza tais críticas trazem muita coerência e estes autores trouxeram contribuições imprescindíveis à luta operária. No entanto, entendemos que cabem novas reflexões a luz da atualidade no que diz respeito as limitações do poder político sob a dominação capitalista, ou, nas possibilidades que a tecnologia e a mundialização da economia abrem para viabilizar um sistema de trocas, cooperação produtiva e tecnológica e financiamento entre iniciativas autogestionárias de trabalhadores do mundo inteiro. Ou simplesmente, o que cabe aos milhões de trabalhadores desempregados a quem o movimento sindical não consegue oferecer alternativas de sobrevivência, ou pelo menos, de organização e luta.

Ao furtar-se deste debate e dar centralidade somente à luta política de organização do operariado para a contestação do capitalismo, a esquerda deixa de reconhecer que na esfera econômica - determinante para as formas de dominação em qualquer modo de produção – e nas organizações sociais por ela engendrada, pode residir um importante espaço de acúmulo de força dos trabalhadores. Mandel, na sua crítica, destaca o aspecto político, mas relega a importância que os soviets, como espaços autogestionários em inúmeras fábricas, tiveram para o acúmulo de forças dos trabalhadores, através do controle direto da produção, que propiciou a ruptura de poder na Rússia em 1917.

A contribuição que nos traz Orlando Núñez Soto em la Economía Popular Asociativa y Autogestionaria refletindo a experiência sandinista na Nicarágua, nos parece fundamental a este debate. Mesmo após perder o governo central a Frente Sandinista de Libertação Nacional continuou a ocupar importantes espaços – a maior parte da economia continuou sob controle dos trabalhadores - que limitaram

as contra reformas do governo da direita. Nuñez aponta que “o poder não se expressa somente nos aparatos institucionais, mas também no exercício e controle direto dos meios econômicos e ideológicos...” e ainda, que “em nossa estratégia os espaços políticos e econômicos se conquistam simultaneamente”, pois “o controle do Estado passa pelo controle da economia ... pelo controle direto do mercado e do sistema de acumulação e consumo”. Estes elementos nos impõe a reflexão sobre a importância que pode ter o controle da base econômica para o acúmulo de poder dos trabalhadores.

Plantar “sementes de economia socialista” pode servir para aprofundar as contradições do atual modo de produção, pode ser o germe do novo que está por vir, ou simplesmente criar novos espaços de organização popular; formar uma nova cultura entre os trabalhadores, ou ainda, apontar propositivamente para a negação do capitalismo. Não reconhecer esta dimensão, nos parece muito semelhante a remeter a resolução dos conflitos de gênero para depois da revolução.

### **Acirrar as contradições**

De pronto, para evitar equívocos ou preconceitos no debate, é importante destacar que não alimentamos a ilusão de que a simples proliferação de empresas autogestionárias pode derrubar a hegemonia do capitalismo. A luta política em todas as esferas, a construção de uma dualidade de poderes e de uma ruptura do sistema, são fundamentais para a construção do socialismo. As empresas de autogestão e a organização de esferas econômicas baseadas na solidariedade podem cumprir o papel de coesionar os trabalhadores e propagandear o fim da exploração do trabalho pelo capital, e ainda, preparar as bases para a democracia econômica dos trabalhadores. O crescimento da autogestão e da economia solidária só terá sentido revolucionário se contribuir para o acirramento das contradições capitalistas.

### **Os limites econômicos dos governos de esquerda**

Uma das grandes questões para nossos governos (municípios, estados e até país) é como ampliar a hegemonia e não cair no simples reformismo (estaremos mesmo imunes ao mal da social democracia?), ou pior, não ficar preso nas contradições e limitações econômicas do capitalismo (como a inviabilidade financeira para governar) que podem derrotar nossos governos. Mesmo no plano estadual a agenda sobre projeto de desenvolvimento tem adquirido centralidade. Se por um lado há a limitação de instrumentos de política econômica, por outro este debate deve nos interessar por ele expressar a incapacidade do capitalismo, e das políticas liberais, em garantir as condições materiais para uma vida digna ao conjunto da humanidade. Mas para tal, precisamos ter uma proposta superior, que seja reconhecida e aceita pela população. Talvez esta seja uma das limitações de nossa atuação na institucionalidade. Como ela adquiriu centralidade em nossa estratégia, é fundamental que estas ações não se resumam a adequação institucional do capitalismo. A tarefa dos revolucionários é conferir um caráter profundamente transformador também à esfera econômica.

No governo do RS implementamos uma Estratégia de Desenvolvimento Econômico voltada para fortalecer a economia local através de apoio às micro, pequenas e médias empresas, (além é claro de políticas de inclusão, reforma agrária e apoio à

agricultura familiar). Por um lado ela significa uma resposta à - e busca de ampliação de - uma base social ainda resistente ao nosso projeto, o que temos julgado como fundamental para a governabilidade imediata e avanço da nossa hegemonia. De outro lado esta Estratégia é um forte contraponto político a oposição liberal conservadora do estado, que ao aplicar o receituário liberal, privilegiou multinacionais e deu as costas aos produtores locais. E para além disto, procura traçar caminhos para um desenvolvimento que incorpore nossas bandeiras como a participação popular, mais emprego, distribuição de renda, garantias sociais e outros. Se julgamos que a nossa Estratégia de Desenvolvimento Econômico pode vir a cumprir estes papéis, não podemos nos iludir que ela seja uma estratégia de caráter socialista. Pelo contrário, está claramente limitada aos marcos capitalistas. O que não significa que não seja um grande avanço diante da hegemonia das políticas neoliberais. A questão posta, é se esta Estratégia é suficiente para um programa anti-capitalista. Muitos dirão que é a possível para este momento histórico. Talvez sim, mas não devemos ficar limitados a ela.

Neste contexto é que apontamos para o real potencial transformador da Economia Popular Solidária, presente na estratégia do governo gaúcho - mesmo que nela não se pautem este caráter ideológico e sim seu aspecto de política de geração de trabalho e renda. Mesmo a reforma agrária, amplamente tida como a mais revolucionária de nossas políticas, pode ficar limitada a um reformismo se não contribuir para um modelo de gestão e produção superior ao capitalista. Isto é o que os socialistas devem se propor diante da gestão da economia: organizar a produção democraticamente, eliminar a exploração através do assalariamento, eliminar a remuneração assentada no fator capital e apropriada individual e privadamente, primar pela produção de valores de uso e não de valores de troca. Estes são os valores da autogestão nas empresas. Hoje estes valores só estão colocados concretamente no âmbito da Economia Solidária, mesmo que isto não seja compreendido por todas as infinitas experiências presentes sob esta proposta.

### **Emergir o novo ... a ousadia de construir o futuro ...**

Radicalizar a Democracia - Esta tem se constituído numa importante bandeira de luta para a esquerda mundial, para a qual as experiências de nossos governos com o Orçamento Participativo tem sido decisivas. No entanto, precisamos ir além da democratização da parcela da renda pública (orçamentos formados através de impostos). Avançar sobre a democratização da renda privada pode impor um novo golpe aos liberais e sua falsa democracia. Mostrar que é possível acabar com o lucro capitalista e transformar todo o resultado da produção em renda coletiva, democraticamente repartida ou reinvestida, pode ser mais um grande estímulo a nossa luta.

### **Um novo sujeito revolucionário**

Se os capitalistas, que se apropriaram dos meios de produção, parasitam sem contribuir efetivamente para a reprodução social, e, se os proletários, expropriados do trabalho acumulado, necessitam deixar a condição de explorados, quais as relações e quem serão os protagonistas da verdadeira democracia econômica?

Marx, nas leis do movimento dialético, destacou que “o germe do novo surge do seio do antigo”. Se capitalistas e proletários serão o antigo, sujeitos de relações decadentes, quais relações e sujeitos deverão emergir?

Mais uma vez trazemos a contribuição de Nuñez, que nos aponta que “os setores oprimidos podem ser os sujeitos da libertação, mas não os protagonistas do novo sistema”. Ele observou ainda, que como da derrocada do feudalismo foram os burgueses que emergiram, também nas demais mudanças dos modos de produção passados, uma terceira força social e econômica emergiu: uma “nova classe ou setor que se converte na nova força que organiza, conduz e executa a orientação da nova sociedade”.

As relações autogestionárias, que radicalizam a democracia produtiva no seio da economia popular solidária, nos apresentam um sujeito que além da própria força de trabalho possui e gesta os meios de produção. A apropriação dos meios de produção e a autogestão conduzem para relações superiores às construídas na antiga URSS, que fundou sua produção na relação entre trabalhadores e meios de produção pertencentes ao Estado (não democratizado e distinto dos trabalhadores). É sob estas novas relações que encontramos de forma mais aproximada os produtores livremente associados de Marx, ou simplesmente, os trabalhadores-produtores da economia solidária.

### **Atualidade histórica**

Este caráter estratégico para a Economia Popular Solidária adquire grande atualidade frente a pauta internacionalista que emergiu na luta antiglobalização. A Economia Solidária questiona a remuneração do capital seja com o lucro seja com o juro, conseqüentemente, questiona a especulação financeira que internacionalmente subjuga os trabalhadores do mundo inteiro. O livre comércio não pode estar a serviço de uma maior remuneração de alguns capitais, que monopolizam as novas tecnologias, através da transferência de renda dos trabalhadores da periferia para os capitais dos países centrais. A produção de transgênicos pretende é o patenteamento - ou a apropriação privada - dos produtos naturais. O movimento do software livre nada mais é do que o combate a apropriação privada do conhecimento e de tecnologias.

Portanto, todas estas lutas que estão conformando uma unidade anticapitalista, talvez como jamais vista na história, trazem em si algo muito em comum ao proposto pela Economia Solidária, especialmente quando centrada na autogestão. Acreditamos que conjugar estes elementos de luta é o que pode trazer uma agenda propositiva para a esquerda mundial. E assim, fazer emergir um projeto de sociedade socialista definitivamente superior ao capitalista.

### **Elementos para uma agenda política da Economia Popular Solidária**

O conjunto de trabalhadores e militantes que atuam e fazem a economia solidária, seja a partir de empreendimentos, de organizações e ONG's, ou de políticas públicas, estão construindo um movimento social com capacidade e responsabilidade de somar-se as lutas dos trabalhadores do movimento sindical, comunitário, sem terra, anti-racista, feminista, de juventude e tantos outros que

contribuem para a pauta internacionalista anti-capitalista. Em todas as esferas de intervenção, alguns elementos podem ser considerados para fortalecer a luta social:

Combater a Exclusão: políticas públicas de inclusão, não assistencialista; políticas ativas de desenvolvimento;

Solidariedade de classe: organização coletiva dos trabalhadores; cooperação frente a concorrência do mercado capitalista; valores opostos a índole egoísta do capitalismo.

Experiência produtiva: domínio dos meios de produção diretos; desalienação do trabalho; elaboração de técnicas produtivas que propiciem a satisfação do sujeito; compreensão da inutilidade do capitalista.

Referência para a luta sindical: condições de trabalho e remuneração melhores serão referência para as negociações dos demais trabalhadores com o patronato.

Fortalecer a dualidade de poderes: a esfera da economia solidária pode conferir referência para um projeto político genuíno dos trabalhadores.

Enfim, a agenda em torno da autogestão e da economia popular solidária deve construir, a partir da base econômica, espaços de poder que reforcem a luta política dos trabalhadores na construção de uma alternativa ao capitalismo. Isto, sem a ilusão de, de forma linear, hegemonizar a economia capitalista, e sim, com objetivo de constituir força e acúmulo para uma ruptura política, formar base cultural e social do novo modo de produção, disputar concepção de economia, enfim, conferir propositividade ao projeto anticapitalista.

01/08/2001

<http://www.guayi.org.br/?area=16&item=10&pg=2>